

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Departamento de Direito Processual

DPC 430 – Recursos em espécie- Professor Associado Ricardo de Barros Leonel

1ª AVALIAÇÃO. RECOMENDAÇÕES:

Consulta apenas à legislação não comentada. Valor de cada questão: 2,5. Valor do trabalho (resumo crítico de dois textos indicados previamente): 1,0

Questões.

1. “A” move em face de “B” pedido de condenação por dano material e moral, bem como de anulação de cláusula contratual. Na contestação o réu rejeita os pedidos de reparação, mas silencia a respeito da nulidade da cláusula contratual. No saneamento, o juiz defere provas relativas à discussão sobre o dano, e julga antecipadamente procedente a ação em relação à anulação da cláusula do contrato. O réu apela desta decisão, e sustenta, em preliminar, que se trata, na prática, de sentença, apelável. Como deve proceder o tribunal em relação ao julgamento da apelação? Justifique.
2. A sentença se omite a respeito da ocorrência ou não da prescrição, alegada pelo réu na contestação, e julga procedente a demanda. O réu opõe embargos de declaração, buscando apreciação da matéria. O juiz, sem ouvir a parte contrária, acolhe os embargos e profere nova decisão, julgando improcedente a pretensão do autor. Como deverá o autor proceder em face do julgamento dos embargos de declaração? Justifique.
3. Determinado acórdão contém fundamentos constitucionais e infraconstitucionais (lei federal), por estar em jogo, no caso concreto, questão relacionada ao direito fundamental à saúde, bem como ao atendimento de operadora de saúde, atividade regulada pela Lei 9656/98. O autor (pessoa física), sucumbente, questiona a falta de cobertura para determinado evento, em relação ao qual há negativa da ré (operadora de serviços de saúde). O autor interpõe recurso especial, cujo seguimento é negado no STJ. Após o julgamento do recurso especial, interpõe ele recurso extraordinário, para o STF, alegando que o acórdão de origem (do TJ) violou disposição constitucional. Como deverá o STF proceder em relação ao julgamento do recurso extraordinário? Justifique.
4. O STJ julgou recurso repetitivo, definindo entendimento de que “concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos”, especificados no julgado (Tema 106 do STJ). O processo de “A” estava suspenso no TJ, aguardando o resultado do referido julgamento. Sua apelação havia sido rejeitada, negando-se ao autor o direito ao recebimento de medicamentos não incorporados à lista do SUS. Ele preenche, entretanto, os requisitos definidos no acórdão do STJ no tema 106. O que deverá, diante disso, ocorrer no caso concreto? Justifique.